

A construção de referentes teórico-metodológicos de ATER para gestão de cooperativas de agricultores familiares: luxo ou necessidade?

The construction of theoretical and methodological referents for family farmers cooperative advisory management: luxury or needed?

Resumo

O presente artigo tem como plano de fundo a temática da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER direcionada para organizações cooperativas. Se constitui como um estudo bibliográfico e documental que aborda os processos de ATER tendo por foco as ferramentas participativas e lança questões para posteriores estudos que tenham por objetivo aprofundar as questões inerentes a esta modalidade de serviço, considerada como inovadora no âmbito da agricultura familiar. Conclui-se que dentre os pontos que carecem maiores discussões tem-se a convivência de orientações metodológicas antagônicas nas orientações normativas do projeto “Mais Gestão”, caso empírico dessa análise.

Palavras-chave: Extensão Rural; Assistência Técnica; Cooperativismo; Metodologias.

Abstract

This article has as background the theme of Technical Assistance and Rural Extension - ATER directed to cooperative organizations. It is a bibliographic and documentary study that deals with ATER processes focusing on participatory tools and issues questions for further studies that aim to deepen the issues inherent to this type of service, considered as innovative in the scope of family agriculture. Among the points that need further discussion is the coexistence of antagonistic methodological guidelines in the normative guidelines of the project "More Management", an empirical case of this analysis.

Keywords: Rural extension; Technical assistance; Cooperativism; Methodologies.

Marcos Roberto Gregolin^I, Renato Santos de Souza^{II}

^I Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Santa Maria, RS, marcosgregolin@yahoo.com.br

^{II} Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Santa Maria, RS, renatosdesouza@gmail.com

1 Introdução

A temática da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é um assunto que carece de debates e discussões tanto no âmbito da academia quanto no seu campo prático. Constata-se a existência destes debates em organizações e instituições de ensino, contudo a maior incidência se dá em contextos internacionais, ficando o Brasil um pouco aquém no que diz respeito a estas iniciativas¹.

Pesquisadores, tanto em grupo quanto isolados, tem se dedicado no Brasil a registrar e interpretar as fases, os direcionamentos, os enfoques e as novidades que se dão neste meio e cabe, a título de reconhecimento, elencar iniciativas que se dão em universidades como UFSM, UFV, UNICAMP, UFRPE dentre outras com maior ou menor expressividade.

Uma das principais características das discussões sobre extensão rural refere-se aos desafios relacionados a transição paradigmática almejada na política pública: de uma orientação ao desenvolvimento agrícola pela difusão de inovações para uma orientação ao desenvolvimento local endógeno e sustentável pela mobilização social e transição agroecológica (CAPORAL, COSTABEBER, 2000; CAPORAL, RAMOS, 2006; DIAS, 2007, 2008).

Sob esses marcos gerais, a extensão rural no Brasil, desde sua origem até os dias atuais passou por momentos diversos no que se refere a público prioritário, centralidade perante governos, marcos legais, objetivos gerais, referenciais tecnológicos, gerência, financiamento e também no que se refere ao tipo de problemática social (temática específica) a ser contemplada.

Deste modo, uma das questões que se coloca à discussão no período atual se refere à necessidade de construção de referentes teórico-metodológicos de ATER diferenciados para temáticas e públicos específicos. Neste sentido, esse trabalho tem por objetivo analisar, mesmo que de forma preliminar, a necessidade de referencial teórico metodológico para as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural para empreendimentos econômicos da agricultura familiar. Toma-se como fonte de informações empíricas o programa de ATER “Mais Gestão” para cooperativas de agricultores familiares.

Sobre o público beneficiário deste projeto, as cooperativas de agricultores familiares, diz-se de acordo com Costa, Junior e Silva (2015) que a gênese dessas organizações se deu como alternativa para que os agricultores familiares não ficassem a mercê das disputas de mercados, as quais foram acirradas pela globalização, ocasionando por vezes a sua exclusão do sistema de produção. Ainda de acordo com o entendimento destes autores, a constituição de uma cooperativa no âmbito da agricultura familiar "se mostra como uma importante ferramenta de organização social, política e econômica" (COSTA; JUNIOR; SILVA, 2015, p. 115). Ademais, para Batalha, Buainain e Filho (2005), o êxito da agricultura familiar no Brasil está relacionado à capacidade de gerar e agregar valor, e para este feito a criação de laços entre os agricultores, por meio de associações ou cooperativas, é muito importante.

Para que se alcançasse o objetivo proposto neste trabalho foi realizada pesquisa bibliográfica principalmente sobre os temas relativos à ATER e o cooperativismo. Buscou-se além de conceitos e teorias que tratem do tema, estudos e conclusões de outros pesquisadores sobre o universo pesquisado.

¹ Registram a falta de publicações nacionais sobre o tema da assistência técnica e extensão rural as pesquisas de Diesel et al. (2008) que analisa o tema da privatização dos serviços de ater e manifesta a carência de trabalhos publicados em português sobre o tema do formato institucional. Com este mesmo entendimento Sopena (2015) salienta a importância da literatura internacional para se discutir temas referentes a extensão rural, principalmente no que se refere a temática de acesso aos mercados. Ademais, este autor referencial a importância dos trabalhos de organismos como banco mundial, FAO, ODI, G-FRAS, IIED, GTZ e Grupo Neuchatel.

2 Desenvolvimento

2.1 ATER para que? Sobre a diversidade de orientações.

De acordo com Peixoto (2008) a origem das práticas de extensionistas se aloca na antiguidade, cabendo a primeira utilização do termo, como é concebido atualmente, às universidades inglesas no século XIX e às iniciativas institucionalizadas Norte Americanas, situadas temporalmente no início do século XX². Para este mesmo autor, situa-se a gênese da extensão rural no Brasil quando se criam os Imperiais Institutos de Agricultura, em 1859 (Baiano e Pernambucano) e 1860 (Sergipano e Fluminense). Já entre 1912 a 1916 foram criadas as fazendas modelos, nos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Maranhão, Pará, Paraná e Pernambuco. Contudo,

a primeira ação institucionalizada de extensão rural no Brasil, mais comumente citada pela bibliografia que trata deste tema, é a Semana do Fazendeiro, realizada pela primeira vez em 1929, pela então Escola Superior de Agricultura de Viçosa (atual Universidade Federal de Viçosa), com diversos cursos de extensão e palestras (PEIXOTO, 2008, p. 15).

Para outros autores a institucionalização da extensão rural no Brasil deu-se pós-segunda Guerra Mundial (NUNES; GRIGOLO; GNOATTO, 2013) quando interesses mercantis e nacionais dos Estados Unidos motivaram a “benesse” de modernização da agricultura em países do até então, “terceiro mundo”.

De maneira breve e sintética se apresenta a trajetória da extensão rural no Brasil, em quatro grandes momentos³, sendo o primeiro pautado no “Humanismo Assistencialista”, o qual compreende o período de 1948 a 1962, cuja orientação primordial foi a indução de mudança no comportamento dos pequenos agricultores. O segundo momento foi pautado no “Difusionismo Produtivista” e compreende o período de 1963 a 1984, cuja orientação motriz foi a modernização, o aumento da produtividade e o monocultivo. Neste período o foco de atuação extensionista foi junto aos grandes e médios agricultores. O terceiro momento, denominado de “Humanismo Crítico” teve início em 1985 e perdurou até 1989 e foi marcado pelo papel do extensionista como catalisador de processos sociais cujo foco de atuação estava em pequenos e médios agricultores (RODRIGUES, 1997). O quarto momento desta “organização” da trajetória da Extensão Rural no Brasil deu-se, de acordo com Dias (2007) arraigado no processo de redemocratização do estado Brasileiro, que instaurou uma conjuntura favorável para “o repensar” da ação extensionista, conjuntura esta também moldada por questões externas (como a escassez do financiamento e a reorientação de órgãos como FAO e Banco Mundial) e pela aproximação com os movimentos sociais além da atuação de Romeu Padilha de Figueiredo a frente da EMBRATER. Para Caporal (1991)

neste processo de repensar da extensão rural acentua-se a crítica ao modelo difusionista-inovador, (...) O momento do repensar da instituição extensionista pode ser lido como um momento de crise do pensamento tradicional – conservador, hegemônico ao longo de quase 40 anos de extensionismo no Brasil (CAPORAL, 1991, p. 49).

² Tendo por base o entendimento de Silva e Oliveira (2010), por mais que as ações institucionalizadas de assistência técnica nos EUA datem o século XX, iniciativas anteriores foram constatadas em meados de 1785 por grupos sociais cujo objetivo era a promoção e o progresso da agricultura. Este grupos, aliados a imprensa especializada ao pressionarem o governo da época lograram êxito em conquistar a criação de algumas escolas na primeira metade do século XIX.

³ Tem-se o fato de que a trajetória da extensão rural no Brasil abarca diferentes nomenclaturas e de acordo com o entendimento de Deponti, “alguns autores, como por exemplo, Schmitz (2002, p. 316), dividem o serviço de extensão em seis etapas: modelo clássico (1948-1956), modelo difusionista-inovador (1956-1967), modelo de transferência de tecnologias (1968-1978), o repensar da extensão rural (1979-1991), o desmantelamento do serviço (1991 até hoje) e a fase de discussão e experimentação (1996 até hoje). Já Caporal (1998) divide a história da extensão nas seguintes fases: (1948-1960) familiar assistencialismo, (1961-1980) produtivismo modernizador, (1981-1990) crítico reflexivo, e (1990 até hoje) transição ambientalista. Autores como Fonseca (1985), Olinger (1996), Gonçalves Neto (1997), Rodrigues (1997), Vieira (1988) também realizam uma descrição da trajetória da extensão rural”

Nesse movimento, esperava-se que o extensionista assumisse um novo papel⁴, agora de mediador, facilitador, muitos deles, inspirados no educador Paulo Freire, principalmente pela obra “Extensão ou Comunicação?”, começaram a empreender questionamentos sobre o do ethos extensionista (DIAS, 2007). No bojo destes questionamentos emerge um extensionista cuja postura se caracteriza como dialógica, educativa, participativa, com conscientização política engajada em sua atuação,

rompendo, desta forma, com as barreiras até então estabelecidas a partir do modelo difusionista-inovador, que, por sua concepção, definia o processo de mudanças como necessariamente induzido desde fora das comunidades, capaz, este sim, de levar ao desenvolvimento, que, por sua vez, seria fruto da modernização do setor agrícola (CAPORAL, 1991, p. 16).

No interim de 2004, com a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER autores consideram que houve no cenário nacional vários movimentos favoráveis à promoção do desenvolvimento sustentável, com estratégias de descentralização e de pluralismo na execução dos serviços e com base na promoção da agroecologia⁵. Afirma-se que nesse momento a Extensão Rural brasileira

reestrutura-se institucionalmente e pauta-se por novas diretrizes, que a orientam exclusivamente para agricultores familiares em todos os seus segmentos, utilizando-se de metodologias participativas e de tecnologias de base ecológica, visando o desenvolvimento sustentável (GRÍGOLO; DEON; FROEHLICH 2015, p. 111).

Salienta-se que a ATER pretendia assegurar atendimento com exclusividade aos agricultores familiares, a criação de um sistema descentralizado de ATER Pública com a participação de instituições estatais e não estatais, o fomento a agroecologia e a promoção do desenvolvimento sustentável. Entretanto, para compreender a orientação assumida neste período (sobretudo de 2004 a 2010) é necessário considerar a ATER como parte de um projeto maior de fortalecimento da agricultura familiar (e de um desenvolvimento local endógeno sustentável com base na agricultura familiar) e seus vínculos com programas de governo diversos.

Importa perceber que, institucionalizada no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a ATER passa a fazer parte de um conjunto diversificado de políticas que se diferenciam durante a primeira década dos anos 2000 com vistas a criar as condições necessárias ao almejado fortalecimento da agricultura familiar. Neste sentido, além das políticas de crédito (custeio-investimento/seguro), destacam-se políticas de agregação de valor (agroindustrialização, por exemplo), de segurança alimentar (programa de aquisição de alimentos e programa nacional de alimentação escolar), de Desenvolvimento Territorial (programa nacional de desenvolvimento

⁴ Nota-se também uma inversão no papel do extensionista, anteriormente caracterizado como o difusor de inovações tecnológicas o qual passa a assumir um papel de facilitador em um sistema, onde se encontra um agricultor ativo, ao lado de organizações de ensino, pesquisa, extensão, empresas comerciais e demais integrantes desse lócus cuja denominação foi sistema de inovação (DIESEL, 2012 p. 42).

⁵ Também se faz necessário referenciar o processo no qual esse direcionamento foi construído. Para Thomson, Bergamasco e Borsato (2017) a política de ATER foi o resultado de um processo inovador no campo político institucional, principalmente no que se refere a abertura para a participação de diversos setores da sociedade, tanto na sua concepção quanto na sua gestão. Nesse sentido, Palm e Schmitt (2017) salientam que “O processo de formulação e implementação da PNATER mobilizou, desde 2003, uma rede heterogênea de atores e instituições incluindo gestores públicos, consultores ligados a organismos multilaterais, lideranças dos movimentos sociais, sindicalistas, técnicos com atuação na chamada ATER governamental, representantes de Organizações Não Governamentais (ONGs), pesquisadores, cooperativas de serviços envolvidas na execução de serviços de ATER, entre outros” (PALM; SCHMITT, 2017, p. 03). Salienta-se que de modo contraditório ao movimento realizado em 2004, a promulgação da Lei de Ater ocorreu, segundo Diniz, Lima e Almeida (2011) de maneira surpreendente, haja vista o antagonismo à construção participativa da PNATER em momentos anteriores. “Nem mesmo os representantes do Comitê de ATER (CONDRAF) sabiam do teor da proposta, escrita a poucas mãos e com nenhuma participação ativa da sociedade civil” (DINIZ; LIMA; ALMEIDA, 2011, p. 02).

sustentável de territórios rurais e programa territórios da cidadania), ambientais (Biocombustíveis e serviços ambientais), acesso à terra (reforma agrária e crédito fundiário), políticas sociais (previdência rural, bolsa família, programa nacional de habitação rural), políticas públicas para segmentos sociais (comunidades tradicionais, juventude, mulheres) entre outras (GRISA, SCHNEIDER, 2015).

É mister evidenciar que este conjunto de políticas e ações respondem ao entendimento de que o meio rural é mais do que produção agrícola, ou seja, o meio rural é um espaço de vida. Tal entendimento também pode ser notado no tema da 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário: “Por um Brasil Rural com Gente”, bem como na 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário: “Por um Brasil Rural com Gente do Jeito que a Gente Quer”. Este entendimento é corroborado por Diesel, Dias e Neumann (2015) ao afirmarem que o MDA, a ser criado em 1999, amplia sua atribuição originalmente atrelada à política fundiária, e passa a “assumir uma nova missão, resultando em compromisso com a promoção do desenvolvimento integrado no meio rural” (DIESEL, DIAS, NEUMANN, 2015, p. 109). Verifica-se nisto uma tomada de consciência de que a viabilização da agricultura familiar requer ações estruturantes diversas – não unicamente em âmbito produtivo e apoiadas por políticas públicas.

No meio de todo esse contexto, surge o projeto de ATER “Mais Gestão” uma iniciativa proposta pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, mais especificamente pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) e pelo Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor (DGRAV) ambos da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). O projeto de ATER “Mais Gestão” foi lançado em 2012 e teve como foco o enfrentamento dos desafios vivenciados pelas organizações cooperativas da agricultura familiar.

Tendo por base a primeira chamada pública para contratação de entidade de prestação de serviço, o projeto MAIS GESTAO objetiva “incrementar a competitividade e promover a cultura de sustentabilidade social e econômica nos empreendimentos da agricultura familiar” (DATER, 2012a, p. 25). Têm-se como objetivos “específicos” deste projeto, em resumo a promoção do associativismo e o desenvolvimento institucional dos empreendimentos da agricultura familiar, ampliar o acesso destes empreendimentos aos produtos e serviços de apoio oriundos de instituições públicas e privadas, introduzir melhorias técnico-gerenciais e tecnológicas, incrementar o desempenho, contribuir para a elevação do emprego e renda, realizar capacitação para inovação e promover o protagonismo dos empreendedores familiares no que diz respeito à articulação com as instituições de apoio e cooperação. Para o entendimento de Ávila, Caldas e Assad (2013) foi a ciência de que a comercialização, por muito tempo um obstáculo a inserção dos agricultores familiares no mercado, se apresenta como uma lacuna, ou de que o “depois da porteira sempre foi considerado um vilão para os produtores” que gerou o ambiente institucional propício para a criação do “Mais Gestão”.

De acordo com Deon e Neumann (2017) é notório o fato de que a pobreza no meio rural é em parte resultante da difícil relação que os agricultores familiares estabelecem com o mercado, nesse sentido, salientam os autores que organismos internacionais que promovem a reorientação dos serviços de ATER têm incentivado que os serviços se dediquem a facilitação deste acesso. Dentre estes organismos internacionais merece referência a atuação do grupo Neuchatel, o qual por meio de publicações oferece orientações a respeito de como os “serviços de assessoria agrícola” devem reposicionar sua atuação em épocas de mercados complexos e dinâmicos. Para Neuchatel (2008) a clientela da, por nós chamada, extensão rural, deixa de ser unicamente o agricultor familiar e passa a ser, de certo modo, todos os atores da cadeia de valor. Os serviços de consultoria agrícola orientados para o mercado (MOAAS) para o grupo se caracterizam como “ações de baixo custo, pautadas na aplicação de conhecimento que auxiliem os pequenos agricultores e outros atores das cadeias de valor agrícolas a aumentar o seu acesso aos mercados e garantir os benefícios da comercialização” (NEUCHATEL, 2008, p. 11). Com caráter complementar, tem-se que “conhecimento, ideias e habilidades adquiridas através de programas de extensão podem ajudar os agricultores a aumentar sua produtividade, reduzir perdas e obter melhor acesso aos mercados” (GFRAS, 2012).

2.2 ATER para o desenvolvimento local endógeno sustentável com base na agricultura familiar. Como? Uma única referência teórico-metodológica é suficiente?

Nos dias atuais, o embasamento metodológico proposto, tanto pelo arcabouço legal tanto quanto pela lógica discursiva de instituições de ATER, extensionistas, universidades e diversos órgãos ligados ao setor são de que o extensionista, para desempenhar de maneira adequada o seu papel precisa estar vinculado e praticando as metodologias dialógicas, participativas, educadoras. Em suma ele deve ter habilidades que lhe permitam “trabalhar de maneira participativa, desempenhando um papel educativo e atuando como animador e facilitador de processos de desenvolvimento rural sustentável” (FAVERO; SARRIERA, 2009, p. 02). Recomenda-se todo um leque de alternativas que tem como plano de fundo o diálogo entre o extensionista e o agricultor, a horizontalidade de um processo de troca de saberes e não a verticalidade de uma ação de transferência, de assistência ou também, embasado no postulado de Paulo Freire (2001), uma extensão impositiva, persuasiva e domesticadora. O extensionista de hoje deve estar inversamente alinhado com o que ilustra Paulo Freire, ao referenciar depoimentos que dão conta de que para eles

a dialogicidade é inviável”. “E o é na medida em que seus resultados são lentos, duvidosos, demorados”. “Sua lentidão – dizem outros –, apesar dos resultados que pudesse produzir, não se concilia com a premência do país no que diz respeito ao estímulo à produtividade” (FREIRE, 2001, p. 45).

De acordo com o entendimento de Chambers (1994) as metodologias participativas não só permitem, más sim preconizam a participação das pessoas, dos agricultores para que compartilhem e reconstruam seus conhecimentos, tendo como objetivo a análise das condições de vida, o planejamento e a atuação em seu favor. Estes métodos bebem nas fontes da pesquisa participativa ativista, na análise de agroecossistemas, na antropologia aplicada, nas pesquisas de campo em sistemas agrários e na Avaliação Rural Rápida (RRA)⁶.

Nota-se que estas metodologias são retratadas em diversos manuais de agências prestadoras de serviços de ATER, como se pode observar no quando 01.

⁶ Faz-se necessário uma ressalva de que na RRA as informações são extraídas da comunidade e tratadas unicamente por agentes externos ao passo que na Avaliação Rural Participativa (PRA) o trato é compartilhado e protagonizado pela população local.

Quadro 01. Exemplos de referências às metodologias participativas em manuais de ATER⁷.

Manual	Citação
EMATER – RS, 2009. Métodos e meios de comunicação em extensão rural.	“Em sua rotina de trabalho, o extensionista rural avalia qual o melhor método de trabalho, de acordo com os objetivos traçados e a realidade local. Geralmente, os métodos mais complexos, tanto clássicos como participativos, são os que conduzem aos resultados mais positivos” p. 07.
IPA – PE, 2013. Manual de metodologias de extensão rural.	“Unidade de experimentação participativa (UEP) p. 29; diagnóstico rural participativo (DRP)” p. 31.
EMATER – PR, 2016. Manual de metodologia.	“Este manual contém os principais e mais importantes métodos de extensão rural, reajustados aos novos tempos e atualizados à luz dos princípios da metodologia participativa, em observância das recomendações da política nacional de extensão rural - PNATER, no que se refere a conceitos, natureza, caracterização, planejamento e indicativos de utilização” p. 07.
BAHIATER – BA, 2017. Manual operacional de serviços de ater com prefeituras.	“A aplicação de metodologias participativas utilizando técnicas e dinâmicas participativas envolvem tempo e habilidade para a execução. Muitos extensionistas fogem da utilização do participativo por achar trabalhoso, pois envolve treino, exercício, tempo para maturação. Mas comprovadamente o resultado é maior por ser coletivo e de interesse de todos, criando um vínculo forte e de confiança entre o extensionista e participantes, criando também uma corresponsabilidade entre o extensionista e o público trabalho. Talvez seja isso a preocupação” p. 52.

Fonte: EMATER – RS, 2009; IPA – PE, 2013; EMATER – PR, 2016; BAHATER -BA, 2017.

Fazer jus a esta citação, duas dentre as publicações sobre metodologias participativas no âmbito da extensão rural no Brasil, a primeira publicada em 2006 pela EMATER de Minas Gerais, que busca além de trazer um cardápio significativo de ferramentas para a extensão rural baseada no enfoque participativo também lança mão de conceitos e busca alinhar diversas concepções tidas como chaves para a produção do conhecimento, entendido com uma construção social, e resultado da “interação com o outro pela linguagem, dando sentido às experiências humanas” (RUAS et al., 2006, p. 14) além de posicionar o pensamento de Piaget, Paulo Freire e Pedro Demo como centrais para a ação extensionista dialógica.

A segunda obra que lança luzes para a ação extensionista fundamentada em processos participativos foi publicada em 2007, resultado de uma parceria entre a Agência Alemã de Cooperação Técnica – GTZ e a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A. – EBDA: “Metodologia Participativa no meio Rural: Uma Visão Interdisciplinar. Conceitos, Ferramentas e Vivências”, além de se firmar como um manual de diagnóstico e planejamento participativo, oferecendo referências históricas e um leque de ferramentas, também conduz o leitor a uma reflexão sobre o papel do extensionista, perfil, competências e dá valorosas sugestões de como o processo participativo deve ser visto, como uma ação interdisciplinar e multifacetária:

O que podemos afirmar é que qualquer processo de mudança deve estar orientado sob a óptica participativa. Ao contemplar o indivíduo como sujeito do seu próprio desenvolvimento, em conjunto com uma maior difusão de técnicas para o facilitador, tem-se um cenário propício ao início das transformações sociais. Dessa forma, estaremos exercitando os ideais de democracia a partir de uma participação cidadã efetiva (KUMMER, 2007, p. 144).

Tem-se como ponto central para a concepção deste enfoque o Diagnóstico Rural Participativo (DRP), o qual de acordo com Armando et al. (1988) é uma ferramenta que “atribuye valor al conocimiento de la gente rural, sino también a sus capacidades de diagnosis y análisis. El agente externo pasa de ser el que explicita información a ser el que cataliza la generación de información” (ARMANDO et al., 1988, p. 08). Para estes autores o grande esforço deste enfoque é para que os atores sociais passem a controlar sua própria situação. Sobre a distinção na aplicação é importante

⁷ Nota-se que em alguns deles há mais ênfase no caráter participativo do serviço, em outros se apresenta uma série de metodologias de ação e em uma seção a parte apresenta-se as metodologias pretensamente participativas, como é o fato do manual da EMATER – PR.

salientar que diversas dinâmicas ou atividades podem ser tanto utilizadas na “Avaliação Rural Participativa” quanto na “Avaliação Rural Rápida”, contudo, cabe diferenciar que:

O RRA tende a enfatizar o uso de fontes secundárias, interação verbal, especialmente através de entrevistas semiestruturadas, e observação, então estas técnicas são algumas vezes descritas como "métodos RRA". Por sua vez, um aspecto característico da PRA tem sido a representação visual compartilhada e a análise por pessoas locais, como mapeamento ou modelagem no chão ou no papel; estimando, marcando e classificando com sementes, pedras, bastões ou formas; Diagrama de Venn; listagem e classificação de cartões; diagrama de ligação; e apresentações para verificação e validação, então estes são frequentemente descritos como "métodos PRA"(CHAMBERS, 1994, p. 957).

No âmbito das metodologias participativas, tem-se destacado uma série de ferramentas as quais são apresentadas como parte fundamental de um processo de diagnóstico, problematização e planejamento de ações. Valendo-se do estudo realizado por Marinho e Freitas (2015) nota-se que o enfoque participativo dispõe de muitas ferramentas as quais auxiliam o extensionista na tarefa de mediar a construção do conhecimento e da problematização da realidade. Por vezes diferentes nomenclaturas remetem ao esforço que é empreendido pelo extensionista em realizar uma ação participativa cujos agricultores sejam agentes protagonistas do processo. Dentre algumas nomenclaturas tem-se:

Diagnóstico Participativo (DP); Diagnóstico de Desenho; Diagnóstico Rápido Participativo (DRP); Diagnóstico Rural Participativo (DRP); Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE); Diagnóstico Rápido Participativo Ambiental (DRPA); Diagnósticos Rápidos de Sistemas Rurais (DRSR) (MARINHO; FREITAS, 2015, p. 20).

De acordo com o levantamento realizado pelos mesmos autores, também compõem o universos das práticas extensionistas participativas os “Mapeamentos, Linhas do Tempo, Rotina Diária, Diagrama de Venn, Calendário Sazonal, Realidade/Desejo, FOFA, Arvore de Problemas, Eleição de Prioridades” os quais são apresentados por eles com detalhes práticos de operacionalização, contudo, são felizes em alertar os leitores de que todas essas ferramentas não se constituem como um receituário pronto e que cabe ao extensionista, considerar, “sobretudo, sua finalidade, seus sujeitos e contextos locais” (MARINHO; FREITAS, 2015, p. 20).

Neste mesmo sentido há de se considerar o postulado por Chambers (1994) de que as práticas em si, por si só, podem ser classificadas tanto como no grupo das ferramentas de “diagnóstico rápido rural” (dotado de participação limitada) ou no grupo das ferramentas para o “diagnóstico rural participativo”. Neste sentido salienta-se que não basta a aplicação de uma ferramenta tida como participativa para que se garanta um processo extensionista fundamentado na participação e no diálogo.

Do exposto considera-se que, partindo de um marco lógico de intervenção (diagnóstico/planejamento/implementação/monitoramento e avaliação)⁸, propicia-se um conjunto de ferramentas para aplicação discricionária pelo extensionista. Observa-se, também a emergência de esforços específicos de codificação de orientações metodológicas que dialogam com a PNATER, inclusive para o trabalho em temáticas específicas.

O documento “fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ater”, MDA (2010) formaliza não só a opção, mas também a relação intrínseca dos serviços com a PNATER, publicada em 2004 e reconhecida como Lei Federal em 2010.

⁸ A princípio pode-se afirmar que a efetividade da ação esteve condicionada ao modelo proposto pelos mandatários do projeto, pelo conjunto de características, princípios, valores dentre outros da organização que se propôs a executá-lo e também pela capacidade dos técnicos de envolver os agricultores, gestores e diretores das cooperativas em cada etapa do projeto, haja vista que a intervenção participativa possibilita a construção de conhecimento mútuo, pois a todos é permitido refletir, reconhecer as fragilidades e potencialidades, assim como planejar e, posteriormente, executar ações com vistas na promoção do desenvolvimento em seu meio (KUMMER, 2007).

Cita-se, não em caráter amostral e sim como central, a pedagogia dialógica, participativa emancipadora, como princípio e diretriz para as organizações que almejam se dedicar ao intento.

Salienta-se que com a institucionalização da PNATER, o ambiente institucional da Assistência Técnica e Extensão Rural passou a levar em consideração, além da existência e peculiaridades de públicos específicos, a necessidade de diferentes referenciais para contemplá-los (MDA, 2004; 2010; 2015; BRASIL, 2010). Cita-se neste sentido a ATER para grupos de mulheres, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, jovens, produtores agroecológicos e outros, como um esforço de criar

condições para reconhecer a pluralidade e a especificidade dos contextos e dos sujeitos (considerando questões étnicas, raciais, de gênero, de experiência, de faixa etária etc.), as diferenças regionais, as diversidades socioeconômica e ambiental existentes no meio rural e nos diferentes territórios, abrindo espaço para conhecer as inúmeras e variadas realidades a partir das quais os processos de formação devem ser construídos (MDA, 2010, p. 35).

Também há que se salientar que com a promulgação da Lei 12.188 documentou-se a inclinação da ATER em prestar apoio aos processos econômicos dos agricultores familiares. Nota-se que a PNATER dialoga nesse sentido com as concepções de “pro-market extension”, muito presente na literatura internacional (NEUCHATEL, 2008; GFRAS, 2012), na medida em que passa a se preocupar com processos que extrapolam aspectos produtivos da unidade familiar.

V - assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas; X - promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração deste ao mercado produtivo nacional (BRASIL, 2010, Art. 4º).

Dados os fatos, é gestado em âmbito nacional uma linha de atuação específica para as organizações econômicas de agricultores familiares, partindo do pressuposto de que

a comercialização e os instrumentos a ela relacionados foram por muito tempo (e ainda são), obstáculos para uma inserção mais efetiva dos agricultores (sobretudo os familiares) no mercado. Seja pela falta de conhecimento das técnicas e estratégias de mercado, seja pela opção de ser agricultor e não comerciante que adotam muitos agricultores familiares, associados as características intrínsecas da produção agropecuária (sazonalidade, perecibilidade, dependência climática, etc.) o “depois da porteira” sempre foi considerado um vilão para os produtores (AVILA, CALDAS e ASSAD, 2013, p. 74).

O projeto “Mais Gestão”, portanto, pode ser considerado como uma ação desencadeada face ao ambiente acima referenciado, contudo algumas questões merecem elucidação: como se deu a codificação metodológica do ATER “Mais Gestão”? Requereu desenho de orientações específicas pela inexistência de referências prévias no contexto brasileiro?

3 Considerações finais

Sobre a construção do referente metodológico diferenciado do projeto de ATER “Mais Gestão”⁹ pode-se afirmar que ele surge em um período onde a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) se desafia a novos olhares, muito em função da construção da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) em 2004 e mais recentemente pela publicação da Lei de ATER, nº 12.188 em Janeiro de 2010.

Somado a este novo olhar, direcionado ao pluralismo institucional, a mudança da matriz de produção e a metodologia de prestação de serviço, pode-se atribuir ao projeto um caráter pioneiro no que diz respeito aos beneficiários da extensão, haja vista que as práticas comumente executadas são direcionadas ao agricultor, com objetivos principalmente agrícolas e nesta feita, todo o foco é direcionado para a organização econômica a qual ele faz parte.

Para orientar sua implementação, o projeto de ater mais gestão desenvolveu metodologia de ater específica, batizada de "Metodologia de Assistência Técnica em Organização, Gestão, Produção e Comercialização para Empreendimentos da Agricultura Familiar – Metodologia de ATER Mais Gestão" (DATER, 2012a, p.03; 2012b, p.03; 2012c, p.03; 2013, p.03).

Sabe-se que o "Mais Gestão" não se constitui como uma proposta genuinamente gestada pelo MDA, tampouco pelas organizações beneficiárias. As origens do projeto são encontradas no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), na Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-BRASIL) mais especificamente no Projeto de Extensão Industrial Exportadora (PEIEX). Este projeto foi concebido tendo como base a "resolução de problemas técnico-gerenciais e tecnológicos para empresas industriais de pequeno porte, cujo objetivo maior é incrementar a competitividade e promover a cultura exportadora empresarial" (LEMOS; ROCHA; COSTA; 2012, p. 88).

O PEIEX direciona seu foco às áreas de Administração Estratégica, Finanças e Custos, Capital Humano, Vendas e Marketing, Produção e Comércio Exterior dentro das empresas e através de visitas e contato direto com os empresários e oferecendo treinamentos para seus funcionários deixando-os mais preparados para o mercado competitivo do setor (TRINTIN; GONÇALVES, 2010, p. 97).

Por meio de um esforço não demasiado, ao se empreender um olhar sobre estas referências, nota-se que o "Mais Gestão" em sua proposta metodológica (áreas de atuação e objetivos) incorpora com certa fidelidade a proposta do PEIEX, sem muitas alterações. Contudo, constatou-se que houve diligências para que a metodologia "inspiradora" fosse adaptada para a realidade da agricultura familiar e de seus empreendimentos e esta adaptação foi realizada pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) "A Casa Verde - Cultura e Meio Ambiente" e "Centro de Apoio a Microempreendedores" (CAM).

De acordo com os editais de chamamento público, a metodologia do projeto “Mais Gestão” deve oportunizar e potencializar o desenvolvimento social, ambiental e econômico dos atores sociais do meio rural. Ao prosseguir com esta mesma leitura nota-se um alinhamento com o referencial metodológico do enfoque participativo, haja vista que se busca uma ATER baseada em “relação dialética e dialógica com os agricultores e demais públicos da extensão, que parta da problematização sobre os fatos concretos da realidade” (DATER, 2012b, p. 24).

Acredita-se que o “Mais Gestão” busca por meio de sua metodologia proporcionar o protagonismo dos beneficiários a geração e a socialização de conhecimento além da mobilização comunitária. Estes elementos oportunizam “a participação de agricultores e demais públicos da extensão como agentes do desenvolvimento rural sustentável” (DATER, 2012b, p. 24). Em outros

⁹ De acordo com Deonti (2010) pressupõem-se para uma ação extensionista “métodos que sejam eficientes e adequados ao tipo de educação que vão realizar. O método é a maneira de fazer algo, com o objetivo específico de ensinar” (Deonti, 2010, p. 111).

termos, a intitulada “Metodologia de Assistência Técnica em Organização, Gestão, Produção e Comercialização para Empreendimentos da Agricultura Familiar – ATER Mais Gestão” prima pelo caráter educativo, dando ênfase à pedagogia da prática, a apropriação coletiva dos conhecimentos, a ação dialética e dialógica que problematize os fatos presentes na realidade dos assistidos.

Nota-se ainda que nos editais do “Mais Gestão” (DATER, 2012a; 2012b; 2012c; 2013), consta que a execução do projeto deve se respaldar em metodologias participativas, no protagonismo dos beneficiários, na mobilização comunitária, no “identificar, refletir e agir”, além de ter suas ações executadas por um grupo de profissionais de diversas áreas do conhecimento, possibilitando assim que a complexidade das cooperativas fosse melhor visualizada e atendida.

A metodologia prevê, em termos gerais, que o trabalho de ATER consiste na proposição e implementação de soluções pactuadas em um “plano de aprimoramento” o qual deve ser elaborado tendo por base a identificação de problemas por meio de diagnósticos estabelecidos pela metodologia específica. Estes diagnósticos podem ser considerados inovadores no que diz respeito a seus objetivos e estruturação. A primeira ferramenta é chamada de pré-diagnóstico e a segunda de diagnóstico, e sobre elas cabe salientar nesse momento o caráter quali-quantitativo das ferramentas, bem como a abrangência que sucinta um olhar e atuação multidisciplinar, a exemplo do diagnóstico organizado em seis áreas de gestão: Gestão Organizacional, Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Finanças e Custos, Gestão Industrial e Gestão Ambiental.

A avaliação dos diagnósticos e a elaboração de um plano de aprimoramento são os orientadores de ações de intervenção no ambiente cooperativo, as quais são operacionalizadas por meio dos técnicos contratados com objetivo de assessorar os empreendimentos.

Ao se observar as orientações de execução do projeto, nota-se uma certa confusão de direcionamentos, por vezes participativos más em outras impositivos, em alguns momentos dotados de características de extensão rural e em outras de simplesmente assistência técnica. Fica também a dúvida se o projeto em si possui congruência com a realidade e a situação dos empreendimentos que se caracterizam como razão de sua existência. Essas e outras dúvidas podem direcionar o leitor para futuros estudos sobre a temática.

3 Agradecimentos

Os autores agradecem as contribuições da Professora Dra. Vivien Diesel durante (non solum sed etiam) as disciplinas de Extensão Rural Avançada e Experiências em Extensão Rural. As discussões oriundas das referidas disciplinas contribuíram muito para redação deste trabalho. Contudo, como é de costume, toda a responsabilidade pelo que aqui se apresenta cabe aos autores.

Referências

- ARMANDO, C. et al. **Los Métodos Del Diagnóstico Rural Rápido Y Participativo**. Curso de Diagnóstico Rural Participativo El Rincón de Ademuz, 1998.
- AVILA, M. L. et al. **NOVA LEI DE ATER E INOVAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DO PROGRAMA MAIS GESTÃO**. In: 7º Encontro Nacional da ANPPAS, Brasília. Anais do 7º Encontro Nacional da ANPPAS, 2015.
- AVILA, M. L.; CALDAS, E. de L.; ASSAD, S. S. Sinergia e coordenação em políticas públicas: o caso do PAA e PNAE. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v. 7, n. 3, p. 68-81, 2013.
- BAHIATER – BA. **Manual operacional de serviços de ater com prefeituras**. Salvador, 2017.
- BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; FILHO, H.M. de. **Tecnologia de gestão e agricultura familiar**. In: BATALHA, M. O e FILHO, HM de S (org). Gestão Integrada da Agricultura Familiar. São Carlos. EdUFSCar, 2005.
- BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. **Institui a política nacional de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar e reforma agrária - PNATER e o programa nacional de assistência técnica e extensão rural na agricultura familiar e na reforma agrária -**

- PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.** Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm>. Acesso em: 12 jun. 2017.
- CAPORAL, F. R. **A Extensão Rural e os limites à prática dos Extensionistas do serviço público.** 1991. 221 f. 1991. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado)-CPGER/UFSM, Santa Maria/RS.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Perspectivas para uma Nova Extensão Rural. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.** Porto Alegre, v. 1, n. 01, p. 16-37, 2000.
- CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. de F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia.** Brasília, setembro de, 2006.
- CHAMBERS, R. **The origins and practice of participatory rural appraisal.** World development, v. 22, n. 7, p. 953-969, 1994.
- COSTA, B. A. L.; JUNIOR, P. C. G. A.; SILVA, M. G. da. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. **Rev. Econ. Sociol. Rural,** Brasília, v. 53, n. 1, p. 109-126, 2015.
- DEON, P. R. C.; NEUMANN, P. S. Contribuições dos Serviços de Extensão Rural em Assentamentos da Reforma Agrária no RS: uma Leitura a partir da Agroindustrialização como Estratégia de Acesso aos Mercados. **Desenvolvimento em Questão,** v. 15, n. 39, p. 262-300, 2017.
- Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER. **Chamada pública para seleção de entidade de assistência técnica e extensão rural para qualificação da gestão, fortalecimento e inserção de cooperativas da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar e outros mercados.** Chamada Pública SAF/ATER nº04/2012. Brasília, 2012a.
- Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER. **Chamada pública para seleção de entidade de assistência técnica e extensão rural para qualificação da gestão de empreendimentos coletivos da agricultura familiar visando seu fortalecimento e inserção nos mercados institucionais e privados.** Chamada Pública SAF/ATER nº06/2012. Brasília, 2012b.
- Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER. **Chamada pública para seleção de entidade executora de assistência técnica e extensão rural para qualificação da gestão, e inserção de empreendimentos coletivos da agricultura familiar no programa nacional de produção e uso de biodiesel e outros mercados, nas regiões centro oeste, nordeste e semi-árido.** Chamada Pública SAF/ATER nº07/2012. Brasília, 2012c.
- Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER. **Chamada pública para seleção de entidade de assistência técnica e extensão rural para qualificação da gestão, fortalecimento e inserção de cooperativas da agricultura familiar nos mercados institucionais, públicos e privados.** Chamada Pública SAF/ATER nº17/2013. Brasília, 2013.
- DEPONTI, C. M. **Intervenção para o desenvolvimento rural: o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul.** 2010. 274 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2010.
- DIAS, M. M. As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) face ao difusionismo. **Revista Oikos,** Viçosa, v. 18, n. 2, p. 11-21, 2007.
- DIAS, M. M. Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades. **Perspectivas em Políticas Públicas,** v. 1, n. 1, p. 101-114, 2008.
- DIESEL, V.; DIAS, M. M.; NEUMANN, P. S. **Pnater (2004-2014): da concepção a materialização.** p. 207-128. In: In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624p.
- DIESEL, V. **A construção de consensos sobre o futuro da extensão rural nas organizações de cooperação internacional.** In: DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; CLAUDINO DE SÁ, V. Extensão rural

- no contexto do pluralismo institucional: reflexões a partir dos serviços de ATER nos assentamentos de reforma agrária no RS. Ijuí. Ed. UNIJUÍ, p. 35-57, 2012.
- DINIZ, P. C. O.; LIMA, J. R. T.; ALMEIDA, A. **Chamadas públicas de ATER: primeiras reflexões.** In: Congresso Internacional da Associação Latinoamericana De Sociologia. Anais eletrônicos. Recife: UFPE, p. 28, 2011
- EMATER – PR. **Manual de Metodologia.** Curitiba, 2016
- EMATER – RS. **Métodos e Meios de Comunicação em Extensão Rural.** Porto Alegre, 2009.
- FAVERO, E.; SARRIERA, J. C. Extensão rural e intervenção: velhas questões e novos desafios para os profissionais. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 12, n. 1, p. 1-16, 2009.
- FREIRE, P.. **Extensão ou comunicação?.** Editora Paz e Terra, 2001.
- GFRAS. **Extension services: case studies.** Global Forum for Rural Advisory Services (GFRAS), Position Paper, 2012.
- GRÍGOLO, S.; DEON, P. R. C.; FROEHLICH, J. M. A contribuição da abordagem do desenvolvimento territorial na transformação das práticas de extensão rural. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 5, n. 2, p. 109-126, 2015.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil.** In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 19-50.
- IPA – PE. **Manual de Metodologias de Extensão Rural.** Recife, 2013.
- KUMMER, L. **Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar.** Conceitos, ferramentas e vivências. Salvador: GTZ, 2007.
- LEMONS, A.; ROCHA, M.; COSTA, J.; JÚNIOR, E. Gerenciando os Caminhos para Mudança: um Estudo sobre o Ambiente Interno de Confeções Cearenses. **SOCIEDADE, CONTABILIDADE E GESTÃO**, América do Norte, 6, out. 2012.
- MARINHO, C. M.; FREITAS, H. R. Utilização de Metodologias Participativas nos processos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): Fundamentos teórico-práticos. **EXTRAMUROS-Revista de Extensão da Univasf**, v. 3, n. 2, 2015.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER.** Brasília, 2010.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **PORTARIA Nº 204 DE 22 DE JUNHO DE 2015.** Brasília – DF. DOU de 23/06/2015 (nº 117, Seção 1, pág. 84).
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Documento de Referência da 2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.** Brasília, 2015.
- NEUCHATEL GROUP. **Common Framework on market-oriented agricultural advisory services.** Forthcoming publication of the Neuchatel Group being printed by the Swiss Centre for Agricultural Extension and Rural Development (Agridea). Lindau, Switzerland: Neuchatel Group, 2008. 39 p.
- NUNES, S. P.; GRÍGOLO, S. C.; GNOTTO, A. A. **A reorganização dos serviços de ater no sul do Brasil diante do desenvolvimento capitalista na agricultura.** In NUNES, S. P.; GRÍGOLO, S. C. Assistência Técnica e Extensão Rural no Sul do Brasil: Práticas, Avanços e Limites metodológicos. Ijuí: Editora Unijuí, 2013.
- PALM, J. L., SCHMITT, C. J. **Informando política pública: um mapeamento analítico de estudos acadêmicos sobre a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (2003-2016).** Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura – OPPA. Rio de Janeiro, fevereiro de 2017.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação**. TEXTOS PARA DISCUSSÃO 48. Brasília, outubro de 2008.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.14, n.1, p.113-154, 1997.

RUAS, E. D. et al. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável – MEXPAR**. Belo Horizonte, p. 134, 2006.

THOMSON, C. R.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; BORSATO, R. S. O histórico de criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) e os desafios impostos a sua consolidação na conjuntura política de 2017. **Retratos de Assentamentos**, v. 20, n